



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 5^a LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 105^a
(CENTÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Geraldo Naves a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 223, de 10/12/2010,
juntamente com a ata sucinta da 105^a Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Dá-se início aos
Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 103^a Sessão Ordinária;
- Ata da 104^a Sessão Ordinária;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 36ª Sessão Extraordinária.

Cumprimento todos os presentes na galeria, que estão aqui à busca de seus direitos.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Obrigado, Deputado Milton Barbosa, Terceiro Secretário desta Mesa Diretora. Boa-tarde a todos, professores que estão à espera da votação do projeto em segundo turno, sejam todas e todos bem-vindos. O pessoal do SLU também está aí, sejam bem-vindos!

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero aqui primeiro saudar o pessoal que está na galeria, os professores temporários.

Eu queria, Sr. Presidente, dizer também que a Procuradoria do Distrito Federal tomou uma atitude extremamente positiva para a escolha do Procurador Geral, que muitas vezes é uma escolha apenas política e não preza o interesse público maior. A Procuradoria decidiu que irá fazer uma lista a ser encaminhada ao Governador através de uma votação dos procuradores, assim como já existe no Ministério Público, e o Governador escolherá dentro dessa lista. Isso tem a minha plena concordância, e eu considero esta uma atitude muito importante para a Procuradoria e para o Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro eu só queria fazer, como fez o Deputado Reguffe, uma saudação à galeria – tanto aos defensores públicos como também aos professores temporários. Nós temos na pauta de hoje, Sr. Presidente, o projeto que estabelece o fim do interstício para contratação de professores temporários. Esse projeto está em segundo turno, então seria muito importante para a sociedade e para esses professores que pudéssemos votar esse projeto.

De maneira sucinta, ele irá possibilitar aos professores que atualmente executam a educação pública por meio do contrato temporário a participação na seleção que o Poder Executivo local fará. Já foi lançado inclusive o edital para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	3

contratação de professores no ano que vem. Esse acordo tem consenso de todos nós.

Está em discussão aquela emenda dos diretores, para saber se aprovaremos ou não em segundo turno a emenda que suspende o processo de escolha de diretores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Na verdade, foi aprovado em primeiro turno, Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU – O primeiro turno tratou do mérito. Há essa emenda que deixamos para o segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A emenda de segundo turno.

DEPUTADO PAULO TADEU – Há outra discussão com relação aos professores. Trata da questão da forma de pagamento, se será por hora-aula ou se será mensal pela hora executada durante o mês. Esse é outro debate que temos de fazer aqui. Temos uma preocupação evidente de atender as necessidades e as demandas dos trabalhadores, mas sempre procurando fazer em consonância com a lei. Sabemos que, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, como estamos passando de uma gestão para outra, há uma série de limitadores e temos de estar atentos a essa questão do que pode e do que não pode.

Com relação aos defensores, eles me procuraram na semana passada em torno de uma proposta de reforma para a Defensoria e temos concordância com o mérito. Tínhamos sido comunicados por eles que o Poder Executivo local, o Governador Rogério Rosso, encaminharia à Câmara Legislativa esse projeto com relação à Defensoria. O que percebemos é que esse projeto não chegou à Câmara Legislativa até agora e não sabemos se chegará.

É um projeto da Defensoria com relação à reformulação no quadro de servidores da categoria. Só que nós sabemos que isso tem de ser de iniciativa do Poder Executivo. Então, se não chegar o projeto do Poder Executivo, ficará difícil legislarmos sobre essa matéria porque seria claramente uma matéria inconstitucional.

Só queremos reforçar a necessidade da votação das matérias que estão na pauta. Claro que estamos preparados. Agora, não só eu como o Deputado Reguffe estamos com uma dificuldade hoje. Fomos convocados para reuniões na Câmara dos Deputados, o Deputado Reguffe pela bancada do PDT e nós pela bancada do Partido dos Trabalhadores. Se pudermos abrir mão dos Comunicados de Líderes e de Parlamentares e irmos a essas votações mais emergenciais, eu agradeceria muito, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu quero fazer um apelo à assessoria do Deputado Benício Tavares: que o convide para estar presente no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	4

plenário. Já temos 12 Deputados presentes. Eu atendo à questão do Deputado Paulo Tadeu para irmos diretamente à pauta.

Aqui estão presentes os professores, o pessoal do SLU, da AGEFIS. O pessoal da paróquia do Pai Nossa pediu a votação da emenda à Lei do Silêncio, para que facilite a vida daquela comunidade. Acho que há acordo para essa votação. Precisamos aprovar essa emenda à Lei do Silêncio em primeiro e segundo turnos e redação final. Então, eu gostaria de fazer esse apelo aos Deputados.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria me referir especificamente à justeza do debate acerca dos professores e professoras, não apenas pela busca da isonomia já referida pelo Deputado Paulo Tadeu, nosso Líder aqui, mas também a respeito da necessidade – já debatida ainda nas sessões da semana passada – de não termos eleições agora para diretores, já que se inicia, se avizinha praticamente a posse de novo Governo. Não me parece razoável isso. Então era importante que isso fosse um consenso, uma construção consensual desta Casa. Se não, uma emenda nesse mesmo projeto para que pudesse esta casa legislativa solucionar o problema. Os dois itens são fundamentais.

Quero referir-me também à Defensoria Pública. Temos lutado — V.Exa., Presidente Deputado Wilson Lima, participou desta luta — para que o Governador nomeie os 61 defensores públicos. Os cargos foram criados por esta Casa e todos sabemos que eles estão vagos. É fundamental que tenhamos essa nomeação, a população do Distrito Federal precisa disso. O Deputado Alírio Neto, o Deputado Raimundo Ribeiro, que puderam coordenar os trabalhos, sabem muito bem do que falo. Não pode haver direito sem que se possa postulá-lo. Muito pior do que não ter o direito é ter o direito e não poder postulá-lo.

Há uma comissão que me procurou, eu até observei a eles, como disse o Deputado Paulo Tadeu, que o projeto precisa ser do Poder Executivo. Uma emenda de outra natureza em um projeto que não trate do mesmo assunto reflete inconstitucionalidade. Já tivemos, lamentavelmente, exemplos aqui a esse respeito, eu comentava com o Deputado Rogério Ulysses ainda no início da sessão. O fundamental é o mérito. Quero pedir aos líderes que postulem ao Governador Rosso, que busquem a sensibilidade do governo para a nomeação desses cargos.

Sr. Presidente, se V.Exa. me permitisse, eu gostaria que se fizesse o anúncio de que está aqui na Casa, Deputado Paulo Tadeu, Líder do PT, o Vereador da Câmara Municipal de Ipatinga, o Dário, companheiro nosso do PT. O companheiro Dário está na Casa, está aqui entre nós, trouxe a experiência daquela Câmara Municipal e está pronto a servir ao Brasil e à sua cidade, à sua terra natal. Eu gostaria que ficasse o registro da visita do Vereador Dário, companheiro do PT da cidade de Ipatinga.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	5

Obrigado.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não só em respeito à presença dos professores temporários, mas principalmente pela responsabilidade que temos de ter em priorizar a Educação no Distrito Federal, acho que os Parlamentares deveriam, assim como a liderança do PPS se manifesta neste momento, abrir mão dos Comunicados de Líderes e dos Comunicados de Parlamentares para que pudéssemos ir direto à pauta. (Palmas.)

Sr. Presidente, eu só acho que estamos trazendo para a seara de um projeto que é pacífico e tem acordo para ser aprovado algo que é polêmico, que é a questão das eleições das direções das escolas. A meu ver, essa questão da eleição da direção das escolas vai polemizar esse projeto e pode acabar atrapalhando a votação de um projeto tão ansiosamente aguardado.

Tenho minhas dúvidas se devemos suspender o processo democrático de escolha de direção, porque na verdade quem vai fazer essa escolha, independentemente de haver um novo governo ou de ser o governo atual, são as pessoas que foram elencadas como eleitorado nesse processo eletivo. Portanto, isso vai gerar uma polêmica e pode atrapalhar.

Eu faria também esse apelo ao Deputado Chico Leite, para que não misturássemos as coisas neste momento, porque não tenho uma posição firmada efetivamente e tenho conversado com outros Deputados sobre essa questão da suspensão da eleição da direção das escolas.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria solicitar a V.Exa. que colocássemos imediatamente o projeto, se possível de forma seca, sem nenhuma emenda, para que pudéssemos satisfazer o anseio dos professores que estão aqui e a nossa prioridade e compromisso com a Educação, e que também pudéssemos votar o projeto da chamada Lei do Silêncio.

Considero um absurdo termos que fazer essa votação, porque as igrejas em Brasília não podem utilizar os sinos. Chega a ser irônico! Seria hilário se não fosse realmente trágico termos de votar um projeto para liberar as igrejas católicas do Distrito Federal para que possam usar os badalos durante as cerimônias. Portanto, quero desde já fazer esse apelo a V.Exa. e a todos os líderes. O Deputado Cristiano Araújo já havia conversado comigo há pouco, quero manifestar meu apoio total para que façamos a votação desse projeto das igrejas.

E se possível, Sr. Presidente – quero fazer esta observação –, se não for retirada a emenda relativa à questão da suspensão das eleições nas escolas, que nós votássemos primeiro o projeto das igrejas para que pudéssemos continuar o debate



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	6

da questão do projeto dos professores. Mais uma vez eu insisto: essa questão da manutenção da emenda suspendendo as eleições nas escolas é bastante polêmica, pelo menos na minha visão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Registro a presença — eu gostaria de deixá-los bem à vontade nesta Casa do povo — dos novos Deputados: Celina Leão, Evandro Garla, Professor Israel Batista, Joe Valle, Dr. Michel, Olair Francisco e Wasny de Roure, reeleito para esta Casa.

Se houver lugares vagos dos Deputados, V.Exas. podem se sentar. Esta Casa é de vocês. Eles estão fazendo um curso de ambientação na Casa e, aproveitando o momento, visitando o plenário.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saudar todos os Deputados eleitos no pleito de 2010.

A Deputada Eliana Pedrosa tinha um projeto parecido com o meu e nós estamos construindo um substitutivo em relação ao projeto dos sinos das igrejas. É uma reivindicação das igrejas. Esse assunto tem angustiado muito as igrejas católicas, não só o Padre Givanildo, mas o Padre Alexander no Paranoá, enfim, é um problema que aflige muito as igrejas católicas.

Então, peço a V.Exa. que, tão logo seja possível, o coloque na pauta para que votemos o primeiro e o segundo turnos hoje, a fim de que esse pessoal possa ir para casa tranquilo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu acato a solicitação de V.Exa., Deputado Cristiano Araújo.

Em primeiro lugar, eu sou o autor da Lei do Silêncio e tinha excepcionado as igrejas. Uma ADIN do Ministério Público retirou a palavra igreja porque entendeu que a lei é para todos, princípio da isonomia. Em segundo lugar, eu acho oportuno, pois esse assunto já foi demais debatido e está ferindo inclusive a vontade popular. A minha pressa é para que venha a emenda e possamos colocar em votação em primeiro e segundo turnos.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar eu queria saudar os colegas que aqui estão. V.Exa. sabe que aqui não existe deputado mais antigo ou mais experiente, aqui todos defendem efetivamente os interesses da sociedade. Então, sejam bem-vindos! Eu acho que esta Casa Legislativa vai ter, nessa legislatura, o papel de resgate da autoestima da sociedade. A sociedade cada vez mais está de olho no nosso papel aqui, que não é de antipatia



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	7

ou de simpatia, é de princípio, o princípio é eterno e é a ele que devemos nos apegar. É por isso, Sr. Presidente, que eu queria fazer duas observações.

A primeira é com relação à Lei do Silêncio, que precisa ser interpretada de maneira racional. Fui procurado lá fora e disse àqueles que me procuraram que nós devemos votar, desde que na forma essa seja a iniciativa, Deputado Cristiano Araújo. Se nós tivermos iniciativa para tanto, acho que devemos dar no mérito, porque é impossível que não haja uma interpretação racional disso. Então, V.Exa. está certo, assim como o Deputado Alírio Neto quando fez menção ao tema, e também o nobre Presidente Wilson Lima.

Agora, faço menção a outro dado, e eu queria a atenção do Deputado Alírio Neto, meu colega, a esse respeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado, só um minutinho. Eu fiz um convite aos Deputados eleitos, como o Deputado Washington Mesquita: se V.Exas. quiserem, podem ocupar os lugares dos Deputados. Fiquem à vontade.

Devolvo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, eu dizia a V.Exa., e queria a atenção do Deputado Alírio Neto, que deixou o plenário, que na realidade a luta da isonomia, a luta dos professores que aqui estão não contrasta em hipótese alguma com um dado de absoluta razão em respeito ao Governo que foi eleito, de nós não termos solução de continuidade numa administração eleita.

Sr. Presidente, em realidade, o que me parece é que deveria ser bom senso do Governo ou de qualquer governo — eu defendi isso muitas vezes — não fazer eleição ao apagar das luzes. O que está por trás disso, afinal? De maneira que há a luta pela isonomia, para que se vote efetivamente o projeto dos professores, mas também há a observação para que nós reflitamos sobre essa eleição feita ao apagar das luzes.

Nós entendemos que uma gestão de democracia dessa natureza precisa ter a compreensão de que novo governo foi eleito, com nova filosofia, nova visão de governar. E há de haver respeito a isso! Sr. Presidente, eu quero fazer essa observação.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que a votação seja iniciada para aproveitarmos o *quorum*, porque depois sairá o Deputado Paulo Tadeu, sairá o Deputado Reguffe, sairão também outros Deputados, e nós ficaremos sem o *quorum*.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	8

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está encerrado o período destinado aos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre o projeto — a que eu não tive acesso — que será votado, referente à questão dos sinos, eu acho que é oportuno porque a igreja e todas as religiões têm que receber um tratamento respeitoso. Hoje, por parte da fiscalização, as religiões são tratadas como se fossem uma indústria, um comércio ou prestadoras de serviço, não há respeito pelo lado espiritual. Por isso eu quero votar a favor desse projeto.

Mas alerto a V.Exa. que nós deveremos também nos estender um pouco mais, para que os órgãos fiscalizadores não sejam órgãos discriminatórios, ou seja, que determinada religião receba um tratamento e as demais recebam outro. Que o tratamento seja homogêneo, porque todas elas merecem respeito.

Por isso, voto com a proposta do autor, pela aprovação do respeito à Igreja Católica, que nós, como evangélicos, respeitamos. Nós achamos que ela tem direitos, mas também que as demais religiões não devem ser discriminadas por não serem as igrejas de maior número de fiéis do Brasil. Muito obrigado.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mais uma vez eu quero chamar a atenção para que não haja por parte do Plenário ou dos Deputados uma interpretação diferente do objetivo central da discussão com relação à possível emenda, que eu já tinha anunciado na semana passada, que reformula a gestão democrática.

Nós não podemos — e não é nosso objetivo — interromper o mandato de ninguém. Por isso, a ideia é, sem assumir uma postura de exclusão, deixar para o próximo ano a escolha dos diretores no novo modelo de gestão democrática, com a participação de estudantes, pais, professores, de maneira transparente de fato, como ocorreu na época do governo democrático popular do professor Cristovam Buarque, pois aquele foi um modelo bastante discutido e aprimorado que defendemos que volte para as escolas públicas do Distrito Federal. É essa a intenção! Não o modelo que existe atualmente.

Nós gostaríamos que o atual Governo baixasse uma medida suspendendo, até o final desse ano, a escolha de parte dos diretores. Não foi possível. O próprio Governo e secretários de Governo sugeriram, como alternativa, uma emenda do Parlamento para suspender o atual modelo e deixar que, no próximo ano, os novos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	9

Parlamentares, inclusive V.Exa., Deputada Eliana Pedrosa, possam discutir e aprovar um novo modelo e garantir uma escolha democrática, uma gestão democrática para as escolas.

Portanto, a ideia desse debate não é acabar com a gestão democrática, é exatamente aprimorá-la, porque o que está aí, hoje, não atende aos professores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência registra a presença da Deputada Liliane Roriz, que também faz parte da comitiva dos Deputados eleitos para a próxima legislatura.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pontuar aos meus nobres Pares que se trata de eleição baseada em uma lei que foi aprovada por esta Casa, inclusive pelos Parlamentares do PT; que temos 87 escolas que vêm num processo, já apresentado. Não é no “afogadilho”, não. Vêm esse tempo todo se preparando, aqueles que se candidataram já registraram seus nomes, há lista tríplice para a eleição.

Então, eu vejo o seguinte: para que mudar um sistema que já foi votado recentemente, e está dando certo? Eu não entendo por que deixar as escolas sem diretores num período crítico, que é o período de matrículas, que é o período de fazer a colocação dos professores em sala de aula, de se recepcionarem os alunos.

Eu fui secretária e vejo a dificuldade de uma unidade ficar sem direção por algum tempo. Acho que isso não é justo com as famílias, não é justo com as crianças. Se o modelo não está bom, o Deputado Paulo Tadeu pode conversar com o novo governo e solicitar que encaminhe um novo projeto no próximo ano, e nós podemos enfatizar que esses mandatos se encerrem no dia 31 de dezembro de 2011. Não estará longe, esta Casa terá tempo de discutir o modelo que vai ser apresentado, sem trazer nenhum prejuízo às famílias e às crianças, pois essa deve ser a nossa maior preocupação.

O processo já vem andando há mais de 6 meses, e agora vai-se interrompê-lo? Deixar as crianças e as famílias sem perspectiva de ter uma direção nas escolas que possa tomar todas as medidas necessárias para o bom andamento do ano letivo de 2011 eu acho um absurdo!

Aqui fica a minha sugestão, a minha abertura para que possamos recepcionar no próximo ano um novo projeto, mais democrático ainda, e que nessa nova proposta possa ser inserida uma emenda dizendo que esses mandatos tenham duração máxima até 31 de dezembro de 2011.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	10

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria dar boa-tarde a todos e solidarizar-me com todos os servidores públicos — que também sou — que estão nessa galeria pleiteando agilidade, seja no veto, seja nos projetos de interesse da categoria deles.

Eu queria também destacar aqui — acredito que alguém já deva tê-lo feito — o Item nº 67. O pessoal da Paróquia São Pedro de Alcântara está aqui. O projeto, que versa sobre a questão do sino, é do Deputado Cristiano Araújo. Ele tem como base um projeto aprovado em Curitiba, para que efetivamente se possa permitir o sino lá naquela igreja. Hoje o sino toca às 8h30, 12h, 18h, 18h30 durante a semana, e às 20h aos domingos. Há um projeto da Deputada Eliana Pedrosa também. Eu vi pela mídia — estive conversando lá na igreja — que há parecer favorável do hospital, das escolas e dos órgãos públicos próximos dali, e por causa de um morador, houve essa celeuma toda.

Então, aprovando esse projeto que exceta as entidades religiosas dessa proibição, nós estaremos resolvendo um problema da população do Lago Sul como um todo, a quem, pelo que eu vi e pelo que nós acompanhamos pela imprensa, o sino não incomoda em nada. Muito pelo contrário, é uma coisa que alenta, sabe-se que ali vai estar se falando de Deus, vai estar se intercedendo pelas pessoas, pelas almas. Eu acho que é dessa forma que nós devemos nos portar.

Muito obrigado.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só atualizando o Deputado Rôney Nemer, tanto eu como o Deputado Cristiano Araújo apresentamos projetos, porém com textos diferentes. Então, está sendo providenciado um substitutivo, que deve ficar pronto dentro de alguns minutos. Aí nós estaremos prontos para votar.

Realmente nós não entendemos como uma coisa que está no coração de todos nós, cristãos, e é tão importante para a sociedade, como o funcionamento das igrejas, que não se possa mais tocar o sino para falar que Deus está presente nas nossas vidas, nos nossos corações, fazendo a chamada para que cada cristão possa render as suas homenagens a Deus e principalmente pedir a intercessão por todos nós por uma vida melhor.

Muito obrigada.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pedi até para adiantar e pedi aos colegas que entrássemos na pauta,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

mas como todos estão pedindo a palavra, também vou fazê-lo. Eu quero me solidarizar com o Deputado Rôney Nemer e a Deputada Eliana Pedrosa e dizer o que eu penso sobre as badaladas dos sinos das igrejas, que foram proibidas.

Da mesma forma que proibiram aquela construção da ponte no Rio Grande do Sul por causa de uma perereca — eu não quero usar o termo para não ofender as pessoas —, chega ao cúmulo do absurdo a proibição de badaladas dos sinos. É um absurdo isso! Nós estamos em 2010. Será que nós não temos tradição? Será que nós não temos raízes? Será que nós não temos respeito?

É só isso.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PRTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, eu evitei fazer uso da palavra tanto nos Comunicados de Líderes como nos Comunicados de Parlamentares para agilizar a votação, em especial, a do projeto de interesse dos professores que estão aqui na Casa e dos que não estão presentes. O debate do mérito, que deveria ocorrer no momento da votação, foi antecipado e acabou ficando redundante. Eu, professor que sou, imagino até que os professores que estão assistindo à sessão devem estar estranhando a confusão que nós estamos fazendo aqui e a dificuldade de entendimento e de encaminhamento.

Então, o meu pedido, Sr. Presidente, é que nós começemos o processo de votação e que o debate seja feito no momento oportuno de discussão de cada tema.

Eu só vou me adiantar, dizendo claramente o seguinte: qualquer votação que venha acontecer neste momento no ambiente escolar não ocorrerá no apagar das luzes. O ambiente escolar não é um ambiente político-partidário. O ambiente escolar é um ambiente de educação, é um ambiente didático, é um ambiente comunitário, que precisa ser bem administrado.

A minha preocupação neste momento, se não houver eleição, é o início de ano. Nós vamos ter falta de vagas nas escolas públicas, vamos ter dificuldades administrativas nas escolas públicas, muitas delas não receberam a parcela do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira — PDAF para poder custear reformas ou coisas do ponto de vista da sua continuidade.

Quero dizer que acho importante que não se mude a regra do jogo no decorrer do jogo. Se o próximo Governo tem interesse de fazer um processo mais democrático, isso é extremamente louvável — eu aplaudo e estarei em sala de aula no ano que vem, pronto para votar de forma democrática —, mas mudar o jogo neste momento não me agrada muito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	12

Mais uma vez, Sr. Presidente, meu apelo é para que entremos no processo de votação e paremos com essa conversão toda aqui.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi feita uma discussão aqui, como bem falaram o Deputado Geraldo Naves e o Deputado Rogério Ulysses. Então, eu também vou me posicionar sobre os temas que foram abordados aqui.

Primeiro, eu quero fazer uma saudação ao padre Givanildo, uma pessoa pela qual tenho muito carinho, da Igreja São Pedro de Alcântara. Com relação aos professores temporários, eu quero dizer, Sr. Presidente, que eu considero o projeto importante. Eu considero essa quarentena verdadeiramente imbecil, até porque a pessoa vai continuar depois por concurso público. Então, não é nada sem concurso público, é algo que a pessoa pode simplesmente continuar cumprindo a função para a sociedade e para a educação pública do Distrito Federal.

Com relação à eleição para a escola – eu estava conversando com o Deputado Paulo Tadeu –, se fosse algo que suprisse a eleição para diretor de escola, eu seria contra, porque eu acho que tem que haver a eleição democrática. Mas se é algo para criar critérios melhores para indicação do diretor, considero que é importante esta Casa cumprir o seu papel de aperfeiçoar a legislação vigente. Se for isso, algo que aprimore os critérios já existentes, eu serei favorável. Se for algo que revogue a eleição de diretor de escola, eu não tenho como ser favorável, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu queria fazer um apelo a todos os Deputados para que discutissem cada matéria quando estivesse em pauta e que nós nos ativássemos ao item em pauta.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA

Deputado Rôney Nemer, Deputado Paulo Tadeu, pergunto a V.Exas. se há acordo entre os Deputados em manter ou derrubar o veto ao projeto relativo ao SLU, que consta do Item nº 2. (Pausa.)

Item nº 2:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.511, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação da carreira de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências”.

(Intervenção fora do microfone)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	13

Vamos pular esse item enquanto o Deputado Rôney Nemer conversa com os outros líderes. Pergunto se o substitutivo do projeto relativo às igrejas já está feito. Ainda não está feito o substitutivo?

O projeto relativo aos professores, Deputado Paulo Tadeu, está em condições de ser votado? A emenda está acordada?

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está se tentando construir uma proposta de consenso com relação a essa matéria, com relação à emenda. Nós pedimos a V.Exa. mais um instante para que possamos fechar esse consenso

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Então, eu vou chamar o item da igreja. Qual é o item? É o item nº 67.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto se constroem as emendas dos textos dos projetos que vão ser votados, eu queria pedir a V.Exa. que também colocasse em votação a Resolução nº 82, que trata da reestruturação da CMI desta Casa. Inclusive, essa reestruturação já foi feita na mudança da sede antiga para a sede nova. Isso seria para que tudo fosse normatizado e legalizado e a Coordenação de Modernização da Informática pudesse dar continuidade a esses trabalhos no próximo ano, na próxima legislatura, na 6^a Legislatura. É importante que essa resolução seja votada.

Ela está pronta para ser votada, já foi discutida com os técnicos, foi aprovada pelo Gabinete da Mesa Diretora, está no plenário pronta para ser aprovada, para que a CMI seja regulamentada e normatizada. É importante que ela seja votada, até para evitar que seja usada posteriormente, no final dos nossos trabalhos, por qualquer submarino.

Então, eu peço a V.Exa., por essa área, que é uma área importantíssima desta Casa, que essa resolução seja colocada em votação o mais rápido possível.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria informar a V.Exa. que, como já é de praxe desta Casa de Leis, todas as vezes que recebemos aqui os representantes das categorias, abrimos um diálogo com eles. Neste momento, os representantes dos professores se encontram aqui na Câmara Legislativa e querem dialogar com os líderes desta Casa a respeito dessa questão, não da polêmica, porque não há polêmica nenhuma na questão dos professores que hoje exercem o contrato temporário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	14

Na realidade, a polêmica é com relação à escolha dos diretores. Assim, o sindicato está aí, e como fazemos com as demais categorias, eles também estão pedindo uma conversa com os Parlamentares para possamos tentar encontrar um consenso na questão da direção das escolas.

Quero também reforçar as palavras do Deputado Cabo Patrício com relação às mudanças aqui propostas para a reestruturação da Câmara Legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Paulo Tadeu, vamos votar aquilo sobre o que há consenso e, para analisarmos o item a que V.Exa. se referiu, nós suspenderemos a sessão, traremos os representantes dos professores aqui, nos sentamos e conversamos sobre o assunto; depois retomamos a sessão.

Está bem assim? Fechado?

(Intervenção fora do microfone.)

Não. Vamos repetir o que fizemos outras vezes: vamos votar alguns urgentes, como o das igrejas.

(Manifestações de protesto da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu sei. Mas ainda não há consenso sobre o de vocês. Nós vamos chegar a um consenso aqui.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas esclarecer algo a todos servidores e representantes dos professores que estão na Casa: o projeto dos professores também é prioridade para a Câmara Legislativa, mas é preciso que seja construído um consenso na redação. Para isso, é importante que os líderes e os técnicos não façam essa redação sozinhos. É necessária uma comissão com a finalidade de dizer o que é imprescindível a esses servidores para que, assim que elaborarmos essa redação de consenso, votemos o projeto ainda hoje, nesta sessão.

Com outros segmentos profissionais sempre foi feito dessa forma e é assim que queremos continuar agindo: a Câmara conversa com os servidores, com o movimento social e sindical interessado e constrói aquilo que atende à reivindicação de quem vem a esta Casa solicitar seus interesses.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Cabo Patrício, Vice-Presidente desta Casa, futuro presidente, eu queria dizer aos senhores professores que estão presentes e a toda a categoria pela qual eu tenho uma admiração, um apreço muito grande, tanto é que, quando fui governador, o primeiro aumento que concedi foi para cumprir um compromisso que tinha com vocês, vocês se lembram disso. Tenho um respeito por vocês muito grande. Esta Casa não vai deixar de discutir o projeto hoje. Eu apenas pedi que votássemos primeiramente os projetos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	15

para os quais foi pedida prioridade. O projeto de vocês tomará mais um tempinho para chegarmos a um acordo.

Enquanto as lideranças vão discutindo, daqui a pouco sentamos e conversamos com vocês. Inclusive, vou suspender a sessão e trazer os representantes de vocês para conversarmos.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho que nós deveríamos assegurar... Eu tenho um temor. Temo que, ao suspendermos a sessão, nós não tenhamos condições de retomá-la e votarmos o projeto dos professores ainda hoje. (Manifestação de apoio da galeria.) É preciso tirar esse interstício para o bem da escola e para fazer justiça aos profissionais que já são discriminados no dia a dia e não deveriam ser, porque fazem a mesma função.

Então, Sr. Presidente, creio que é importante que se converse com a direção do sindicato, com a representação dos professores, mas que não suspendamos a sessão, porque V.Exa. sabe que há um temor e um risco de, se a suspendermos, não termos *quorum* para apreciarmos ainda hoje o caso dos professores. Precisamos apreciá-lo hoje ainda, para que os professores saiam daqui absolutamente tranquilos acerca da derrubada do interstício e da gestão democrática.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, eu só queria votar o projeto deles primeiro porque o Padre Givanildo está aqui, ligou-me e pediu-me isso durante toda essa semana. Esse é um problema que está aparecendo na televisão, nos meios de comunicação.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, não há nenhum problema, e eu também estou de acordo em votarmos a questão dos sinos, mas a minha sugestão é que não suspendamos a sessão. Votemos e, em seguida, apreciemos. Nesse meio tempo, que se faça a discussão necessária, porque não há divergência com relação ao projeto.

O problema que há – é uma divergência que me parece muito tênu, muito pequena – é com relação à emenda da gestão democrática. Portanto, eu não tenho nenhuma oposição em votarmos a questão dos sinos. Entretanto, nós temos de assegurar – não podemos nos arriscar com a suspensão da sessão – que a questão dos professores seja apreciada hoje e que derrubemos o interstício hoje também.

(Manifestações de apoio da galeria.)

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	16

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria só de lembrar à Deputada Erika Kokay, deixar isso bem claro para ela, que nós estamos há 1 hora e 20 minutos – S.Exa. chegou atrasada a esta sessão – pedindo para começar a votação imediatamente, porque o Deputado Reguffe e o Deputado Paulo Tadeu disseram que têm uma reunião na Câmara dos Deputados.

Há uma hora nós estamos pedindo para votar a questão dos professores e, agora, chega aqui e “joga para a plateia”. Eu não estou entendendo. É para votarmos agora isso. O PT quer discutir não sei o quê. Estão pedindo para votar, então, para quê? O Deputado Rogério Ulysses já pediu para votar. Dispensamos os Comunicados, não vamos falar. O projeto está pronto para votar. Chama-se o item, mas aí se fala: “Não, tem que discutir”. Tem é que votar. E votar agora! Acabou.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, eu sugiro que nós não suspendamos a sessão. Tenho o direito de apresentar uma divergência sobre a questão de ordem que V.Exa. apresentou, no sentido de apreciarmos os projetos que não carreguem nenhum tipo de divergência e de suspendermos, em seguida, a sessão, para fazermos a discussão dos professores. Eu sou contra a suspensão. Acho que tem que se votar de forma absolutamente imediata.

Nesse meio tempo, agora, neste momento, a Deputada Eliana Pedrosa apresentou uma divergência, a qual não considero divergência de fundo, com relação à emenda. Que possamos discutir sem a interrupção da sessão, para que cheguemos a um acordo quanto à emenda e façamos sua apreciação imediatamente. Os professores não podem ser penalizados, porque eles já estão sendo penalizados no seu dia a dia.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no sentido de acrescentar e de construir uma solução o mais rapidamente possível — estive conversando com o Deputado Paulo Tadeu e também com alguns assessores do PT —, eu apresentei a sugestão de, em vez de suspendermos a eleição para a direção, em vez de acabarmos, de uma vez, com a eleição de diretores de escola, que nós adiássemos a decisão até junho do ano que vem, para que o próximo governo, se for o caso, tenha a chance de fazer essa discussão. Assim, na realidade, a gestão democrática permaneceria, e não ficaria para esta legislatura a carga de ter acabado com a gestão democrática.

Então, a ideia seria suspender a decisão até junho. O novo governo, se achar conveniente, apresentará um novo projeto para esta Casa. O que não dá é ficar para esta Casa, para esta legislatura, o estigma de acabar com a gestão democrática na rede de ensino público do Distrito Federal. Temos que tomar muito cuidado com essas decisões — vamos dizer assim — intempestivas e rápidas, muitas vezes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	17

Portanto, essa emenda está construída. Eu acho interessante que os Parlamentares que concordem com ela a assinem.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não sei se há *quorum*, mas vamos deixar esse projeto dos professores, discutiremos entre nós o dos professores e chegaremos a uma conclusão. Porém, vamos votar o projeto dos sinos da igreja, porque há consenso.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós temos *quorum* no plenário; há 13 Deputados presentes. Então, vamos votar logo, tanto o projeto dos sinos quanto o dos professores, que está sendo votado, aliás, em segundo turno. Eu chamei esse interstício, que denomino de quarentena, pelo adjetivo “imbecil”, porque considero esse interstício imbecil mesmo. O projeto já foi votado em primeiro turno. Hoje é apenas o segundo turno. Então, não tem por quê. Vamos votar o projeto dos sinos, o dos professores. Vamos direto à votação. Estamos nessa lenga-lenga. Eu concordo com as críticas que foram feitas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deixem-me fazer uma consulta. Deputado Cristiano Araújo, podemos apreciar o projeto dos sinos primeiramente ou o dos professores?

Então, passemos ao item relativo ao projeto dos sinos, cuja apreciação é rapidinha, e depois passaremos ao item relativo ao projeto dos professores.

Item nº 67:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.618, de 2010, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “altera a Lei nº 4.092, de 30 de janeiro de 2008, que dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 1.700, de 2010, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “acrescenta o inciso III ao art. 10 da Lei nº 4.092, de 30 de janeiro de 2008, que dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal”.

Esta Presidência autorizou a Segurança a receber os professores na galeria desta Casa, ocupando os lugares que há e até mais um pouco. São professores; trata-se de uma classe disciplinada. Não há dificuldade alguma em colocarmos 100 professores aqui.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	18

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria constante do Item nº 67.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.618, de 2010, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “altera a Lei nº 4.092, de 30 de janeiro de 2008, que dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 1.700, de 2010, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “acrescenta o inciso III ao art. 10 da Lei nº 4.092, de 30 de janeiro de 2008, que dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal”.

Aos referidos projetos, na forma regimental, foi apresentado um substitutivo que consolida as duas propostas em um único texto. Como eu disse anteriormente, vamos aqui fazer justiça e efetivamente permitir que os sinos da igreja voltem a tocar, chamando os fiéis para fazer suas meditações e interceder por nós junto a Deus.

Desta forma, o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários é pela aprovação da matéria.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CAF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permanecem como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.618, de 2010, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “altera a Lei nº 4.092, de 30 de janeiro de 2008, que dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 1.700, de 2010, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “acrescenta o inciso III ao art. 10 da Lei nº 4.092,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	19

de 30 de janeiro de 2008, que dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal”.

Acrescento que, na semana passada, este Plenário primeiramente assistiu à notícia de que o sino parou de bater por uma determinação judicial, a pedido de um grupo mínimo de pessoas, e isso recebeu um repúdio veemente por parte de diversos Parlamentares desta Casa.

Quero relembrar – aqui há muitas pessoas que entendem isso – que a lei, acima de tudo, independentemente até do que está escrito, procura resgatar o bom senso. E o bom senso não permite que se proíba que os sinos sejam acionados, que badalem para chamar as pessoas ao culto, ao ofício ou até mesmo para anunciar as horas.

Portanto, a Comissão de Constituição e Justiça é favorável à aprovação da matéria, na forma do substitutivo apresentado.

É o parecer, Sr, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CCJ.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permanecam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PRTB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria apenas de fazer uma ressalva, dizendo que fiquei impressionado quando assisti, pela televisão, à intolerância de algumas pessoas, não em relação ao barulho, mas a intolerância religiosa.

Sino é um símbolo que temos na Igreja Católica. Não é só um mecanismo, digamos assim, de convocação dos fiéis. É algo que demonstra que ali está a casa de Deus. Então, votarei a favor de que a Igreja tenha a liberdade de demonstrar publicamente que ali é a casa de Deus, que ali é o local de celebração da fé.

Acho que o cidadão que se movimentou no sentido de procurar a Justiça demonstrou intolerância não ao barulho, mas intolerância religiosa, que nós não podemos aceitar no regime democrático de Direito. Esse é o meu posicionamento, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Rogério Ulysses disse que estranha que a pessoa até recorra ao Judiciário. Isso eu nem estranho. O que eu estranho é o Judiciário adotar uma decisão dessa natureza. Aqui nós temos muito essa coisa de dizer: “Decisão judicial não se discute, cumpre-se”. Cumpre-se, mas se discute sim!

Nós podemos achar que ela pode estar certa ou errada. E aqui essa decisão, com o perdão que podemos solicitar aos seus prolatores, não retrata o bom senso. Proibir que se badale um sino, não só para anunciar que ali é uma igreja, não só para convocar os fiéis, mas para manter uma tradição, que inclusive é uma fonte alimentadora do Direito, realmente contraria todo bom senso. Então, eu acho que, em boa hora, esta Casa usa esse exemplo para poder recolocar o bom senso no seu devido lugar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, a Igreja Católica tem uma tradição neste País desde o descobrimento. Acho que, quando os portugueses chegaram, de cara, já rezaram a primeira missa nas terras brasileiras. Em 1808, quando D. João mudou a corte portuguesa para o País, todas as igrejas badalaram seus sinos. Quando houve a independência deste País, todas as igrejas badalaram os sinos. Em todos os momentos cívicos fundamentais da nação brasileira, as igrejas sempre se manifestaram através dos sinos.

Quero dizer a V.Exa. e para todo público que nos ouve hoje aqui que, desde quando eu era criança – morei perto de uma igreja católica –, às 18h, 6h da tarde, toca-se o sino e uma ave-maria. Em praticamente todas as rádios do Brasil, às 6h da manhã e às 6h da tarde, simula-se o badalo de um sino e se toca a ave-maria.

Então, eu não vejo por que nós limitaríamos, de alguma forma, a manifestação religiosa da Igreja Católica através do sino. Muito pelo contrário, tem o meu apoio. Até lastimo que isso seja motivo de uma matéria legislativa, que precisasse vir até aqui. Com certeza, a ação da Câmara Legislativa é extremamente correta, porque resgata a questão histórica e religiosa da nação brasileira. Podem contar com o meu voto com certeza.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu concordo aqui com vários deputados que dizem que nós temos,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	21

sim, que passar à pauta de votação, mas antes eu, como católica apostólica romana, tenho que reiterar o meu apoio à questão do sino.

Eu acho que todas as questões que vêm a esta Casa são democráticas. Não aceito este tipo de manifestação, porque todos os assuntos são pertinentes a esta população. Portanto, cada matéria que chega tem que ser analisada por esta Casa, tem que ser analisada com o mesmo carinho e com o mesmo respeito.

Quero, sim, que o sino continue. Quero também que as pessoas respeitem o direito do próximo. Por fim, Sr. Presidente, acho lamentável a atitude de algumas pessoas que fazem parte desta nossa democracia que vêm a esta Casa fazer demonstrações que não dizem respeito a nossa democracia.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero me manifestar a favor dos companheiros que aqui já falaram.

Eu acredito que é um crime contra a nossa nação. Eu acho que a religiosidade tem de ser respeitada em todos os aspectos. Por mais de 10 anos, toquei o sino da paróquia que eu frequento, a Paróquia São Vicente de Paula, na Vila Vicentina, em Planaltina. Quando eu era criança, eu tinha um carinho muito grande em tocar o sino 15 minutos antes da santa missa das 8h, das 18h e das 20h do domingo, para anunciar o início da celebração, na qual se falaria de coisas boas.

O mundo se transforma, mas o ser humano não pode transformar o seu interior e ficar sem a presença de Deus. Eu acredito que Deus é onipotente, onisciente e onipresente. Ele começou ontem, é hoje e é para sempre. As pessoas mudam em tudo, mas nunca a fé neste Deus Poderoso. Eu acredito que não será por falta de um sino que se mudará essa fé.

Eu quero antecipar o meu voto e parabenizar as pessoas que se encontram na galeria. Eu sou um funcionário público e quero me solidarizar com as pessoas que estão aqui em busca dos seus direitos. Esta é uma Casa democrática. Necessita-se de 50% mais um Deputado. Portanto, todos os votos são importantes e merecem nosso zelo e nosso carinho.

Eu quero compartilhar com as pessoas da paróquia que estão aqui, que vieram seguir a votação de perto. Isso se estenderá a todas as paróquias do Distrito Federal. Que os sinos continuem a badalar!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há 16 deputados presentes no plenário. Há o projeto dos professores e um projeto de resolução para serem votados. Estamos no limite do *quorum*.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	22

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a nobreza do Deputado Cristiano Araújo e da Deputada Eliana Pedrosa. Nós trocamos ideias, que fizeram uma ampliação do projeto apresentado que atinge todos os segmentos.

Eu quero dizer a V.Exa. que há o conceito de que o Estado é laico. O Estado é laico porque ele não tem uma religião oficial, mas a sociedade, a nação não é laica. Os que compõem a nação são religiosos dos vários segmentos. Então, para atender a sociedade, o Estado tem de entender que o povo constitui a nação e essa nação tem de ser respeitada.

O conceito de laico da Constituição Federal é no sentido de não ter uma religião oficial, como existe em outros países, em outras nações. Não temos uma religião oficial, mas não podemos restringir o direito de todos os brasileiros de terem suas religiões.

Era o que eu queria dizer. Parabenizo o nosso Deputado Cristiano Araújo e a Deputada Eliana Pedrosa. Muito obrigado.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só falar do meu respeito que tenho por todos os professores sem exceção. Como disse o nosso Presidente, Deputado Wilson Lima, nós vamos liberar a galeria para o maior número de professores, que são pessoas educadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não ficou nenhum de fora. Todos os professores estão aqui.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Não ficou nenhum de fora. Todos estão na galeria. São todos bem-vindos.

Eu fiquei um pouco triste, pois quando falamos sobre religião, nós misturamos as coisas. Antes de mais nada, nós somos cristãos e acreditamos em Deus. O nosso costume, nossos hábitos precisam ser respeitados. Nós somos brasileiros e temos raízes.

Recentemente, a Justiça fechou uma faculdade no Lago Norte simplesmente porque um vizinho se incomodou e deu queixa. Os alunos do Varjão, do Lago Norte e de outras cidades ficaram sem estudar, os professores ficaram sem dar aulas. Há professores dizendo: eu sou de lá. Então, nós temos de dar um basta nisso. A falta de respeito está vindo de todos os lados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	23

O Deputado Raimundo Ribeiro disse aqui que decisão judicial não se discute, cumpre-se. Cumpre-se e depois se discute. Acho que há um erro, e nós temos de continuar discutindo. Eu, mais do que nunca, posso falar e vou continuar falando, porque fui vítima de uma injustiça. Deixe-me terminar! Deixe-me terminar! Eu fui vítima de uma injustiça e vou provar. Eu não estou pedindo voto! Não estou em campanha! (Vaias.)

Eu não estou em campanha! Não estou pedindo voto. Estou fazendo uma questão de ordem, direito meu. Professor que é professor, é educado, escuta! Se os alunos vaiarem, todos nós temos o direito! Professor não julga, professor ensina!

Vou ter o prazer de ler aqui o item de vocês sem demagogia, porque a eleição já acabou. Estou certo ou estou errado? Como Deputado, eu posso me levantar para retirar o *quorum*, e nós estamos no limite. Perfeito? Eu, como Deputado, tenho o direito de levantar agora e retirar o *quorum*, ir embora. Fica sem votação. (Vaias.) Mas, em respeito aos professores, vou ler o item e vou ficar para votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Srs. Deputados, quero informar que acabei de conversar com o assessor do Governo, Dr. Clayton, Secretário Adjunto de Governo. Ele me disse que o Governador acabou de sancionar o projeto de lei de R\$ 106.000.000,00 (cento e seis milhões de reais), que garante o pagamento de todos vocês! (Palmas.)

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu folgo em saber que o Governador sancionou o crédito aprovado nesta Casa na semana passada para pagamento dos profissionais. Mas se nós não aprovarmos a queda do interstício, nós teremos prejudicado o início do ano letivo. Portanto, precisamos aprovar.

Por fim, Sr. Presidente, apenas quero externar, em relação aos sinos, a posição do Partido dos Trabalhadores. Os Deputados do PT são favoráveis à proposição. Inclusive estivemos conversando com V.Exa. para que a apreciássemos no dia de hoje, nesta terça-feira, porque não entendemos que os sinos representam poluição sonora. Os sinos têm um sentido cultural. Impedir o badalar dos sinos, o tocar dos sinos, significa um ranço, beira a intolerância religiosa. O sino é o símbolo de uma religião, que tem de ter a liberdade de existir, embora o caráter laico do Estado tenha de ser preservado em nome da democracia.

Portanto, Sr. Presidente, nós do Partido dos Trabalhadores somos favoráveis ao projeto, à matéria que está em discussão, para que possamos fazer a exceção dos sinos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	15h25min.	105 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	24

Solicitamos, já que vamos retomar o badalar dos sinos, que os sinos também toquem para os professores! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O Projeto de Lei nº 1.618, de 2010, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 1.700, de 2010, está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos desta sessão ordinária, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta, para votação em segundo turno deste item que acaba de ser votado e dos demais itens constantes da pauta.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h45min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 230-Suplemento, de 21/12/2010.